



VOTO DE PESAR N.º 389/XIV

Gonçalo Ribeiro Telles faleceu no passado dia 11 de novembro, aos 98 anos. Personalidade pioneira na arquitetura paisagista, na memória coletiva ficará eternizado como um acérrimo defensor do ambiente e da ecologia, da natureza, da sua integração nas cidades e do ordenamento do território.

Nascido em Lisboa em 25 de maio de 1922, Gonçalo Ribeiro Telles passou a vida a debater-se por espaços urbanos mais verdes. “Sempre gostei de desenhar paisagens e pensei ir para Belas-Artes. Depois achei que era uma grande chatice”, disse um dia em entrevista ao Expresso. O futuro confirmou-o; viria a formar-se em Agronomia e Arquitetura Paisagista em 1950, no Instituto Superior de Agronomia.

Era um contador de histórias para quem, no meio do cimento e do betão, as palavras deveriam ser árvores e a pontuação arbustos e flores. A procura do equilíbrio entre o betão e o verde foi uma constante e os seus esboços deram vida a obras conhecidas, reconhecidas e usufruídas por todas e todos nós, como o jardim da Sede da Fundação Calouste Gulbenkian, o Corredor Verde de Monsanto, a Mata de Alvalade, em Lisboa, ou a Mata dos Medos, em Almada. Foi um opositor convicto, e com conhecimento de causa, à eucaliptização do país.

Em novembro de 1975, por iniciativa de Ribeiro Telles fundava-se o bacharelato em Planeamento Biofísico e Paisagístico na Universidade de Évora, que passaria a licenciatura em Arquitetura Paisagista em 1980.

Levou o seu ativismo e as suas causas à ação política: assumiu funções como subsecretário de Estado do Ambiente e secretário de Estado do Ambiente entre 1974 e 1976 e, de 1981 a 1983, foi ministro da Qualidade de Vida, responsável pelas áreas dos desportos e do ambiente. Nesta casa, foi eleito deputado pelo Partido Popular Monárquico em 1979 e, em 1985, deputado independente pelo PS. Foi também nesse ano que assumiu o cargo de vereador da Câmara Municipal de Lisboa, pelo Movimento Alfacinha, que fundou. O arquiteto fundou em 1993 o então Movimento o Partido da Terra (MPT).

A Gonçalo Ribeiro Telles devemos a coautoria do capítulo da Constituição Portuguesa sobre Ambiente, que determina que “todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e



ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”. Mas não só: o seu traço deu vida a muita da legislação nas áreas da conservação da natureza e do ordenamento do território, que criou as bases de uma primeira política pública de ambiente. Criou os parques naturais e as paisagens protegidas e alguns desses instrumentos tornaram-se tão importantes na gestão da paisagem que passamos a conhecê-los apenas pelas siglas, como as RAN (Reserva Agrícola Nacional) ou REN (Reserva Ecológica Nacional), mas também os PDM (Plano Diretor Municipal).

Na prática, o mérito da sua obra é mensurável por todas as vezes que os seus projetos foram e são usados pelas pessoas na austeridade da cidade. Também ele pugnou pela saudável coexistência entre o rural e o cidadão, quebrando barreiras, de forma equilibrada. Se o espaço urbano hoje em Portugal tem exigências ambientais a Gonçalo Ribeiro Telles o devemos.

Reunida em sessão plenária, a Assembleia da República manifesta assim o seu profundo pesar e apresenta à família e amigos do Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles as suas mais sentidas condolências.

Palácio de S. Bento, 12 de Novembro de 2020

As Deputadas e o Deputado,
André Silva
Bebiana Cunha
Inês de Sousa Real